

P. 2/2017

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE RENOVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM ESTRADAS MUNICIPAIS.** -----

----- No dia cinco do mês de janeiro de dois mil e dezassete, no edifício dos Paços do Concelho, eu comigo Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente Contrato com os seguintes outorgantes: -----

-----**PRIMEIRO**-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----**SEGUNDO**-----

----- Fernando António de Almeida Coimbra Gaspar, casado, natural da freguesia de Carcavelos, Concelho de Cascais e residente na Rua Professor Egas Moniz, n.º 20, Parque Estoril, no Estoril, com o cartão de cidadão número 06059365, válido até 12/04/2020, emitido pela República Portuguesa e o NIF 128 980 141, com poderes para outorgar em representação e na qualidade de Procurador da Sociedade Anónima Fernando L. Gaspar – Sinalização e Equipamentos Rodoviários, S.A., com o NIPC 502 042 044 e sede na Estrada Nacional, n.º 249/4, Trajouce, freguesia e Concelho de São Domingos de Rana, conforme verifiquei pela Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em vinte e oito de Junho de dois mil e oito e por Procuração datada de vinte e seis de maio de dois e onze, que arquivo respetivamente sob os números um e dois, titular do Alvará de empreiteiro de obras públicas número 30817 – PUB, que arquivo sob o número três. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 13/12/2016, que arquivo sob o número quatro, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 21/12/2016, à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Ajuste Direto, a empreitada de Renovação de Sinalização Horizontal em Estradas Municipais, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 09/12/2016, que arquivo sob o número cinco. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 21-12-2016, que arquivo sob o número seis. -----

----- O valor da presente adjudicação é de quarenta e nove mil setecentos e cinquenta e seis euros e trinta centimos, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo máximo de sessenta dias após a apresentação da respetiva fatura, mediante Autos de Medição a realizar mensalmente de acordo com o Caderno de Encargos, que arquivo sob o número sete. -----

----- Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações pecuniárias, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora. ---

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra, quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução deste Contrato. -----

----- Que a revisão de preços será calculada nos termos do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, mediante a seguinte fórmula tipo: -----

----- F34 – FÓRMULA AJUSTADA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL. -----

----- Que esta empreitada deverá estar concluída quinze dias após a assinatura do Auto de Consignação, prevendo-se o seu início em 09/01/2017 e o seu termo em 25/01/2017. -----

----- No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução dos trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de dois mil novecentos e oitenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos, é de cinquenta e dois mil setecentos e quarenta e um euros e sessenta e oito cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número oito: Certidão validada via internet e emitida em dezanove de outubro de dois mil e dezasseis pelo Serviço de Finanças de Cascais — 2, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número nove: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em vinte e seis de outubro de dois mil e dezasseis, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 3 do artigo 88º do C.C.P., serão efetuadas retenções no valor de dez por cento dos pagamentos a efetuar. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 02-02-03, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 22458/2016, datado de 27/12/2016. -----

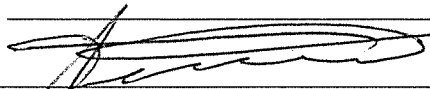
----- Mais se consigna nos termos do disposto na aliena h) do artigo 196 do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que esta empreitada terá execução no corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Segundo Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Oficial Público: \_\_\_\_\_

A handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and a long horizontal stroke, is written over the line for the 'Oficial Público'.